Revista da ANPEGE. v. 17. nº. 32, p. 195 - 216, ANO 2021. e-ISSN: 1679-768X
https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege. // DOI 10.5418/ra2021.v17i32.12465

RUA, CORPOREIDADES E MULTIPLI-CIDADES: Experiências de mulheres em situação de rua na cidade de Pelotas/RS

STREET, CORPOREALITY AND MULTIPLI-CITIES: Experiences of homeless women in Pelotas city/RS, Brazil

RUE, CORPORÉITÉS ET MULTIPLI-CITÉS: Expériences des femmes itinérantes dans la ville brésilienne Pelotas/RS

Talita Fernandes
Cláudia Luísa Zeferino Pires

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir as relações estabelecidas entre corpo e rua, e a implicação da questão do gênero nessas relações, partindo da análise de experiências de mulheres em situação de rua na cidade brasileira de Pelotas (RS). Grupo minoritário na situação de rua, as mulheres são o maior alvo de violência nesse contexto. Tal dado revela a questão do gênero como determinante para as experiências vividas pelos diferentes corpos na cidade. A reflexão teórica tem contribuições das Geografias Feministas, bem como da Antropologia Urbana. A inserção em campo ocorreu nos moldes da pesquisa etnográfica, com a realização de observação participante e entrevistas com mulheres em situação de rua. Analisamos as percepções das interlocutoras acerca de suas vivências, bem como o que elas nos revelam quanto à relação corpo-cidade. Assim, discutimos as múltiplas experiências dessas mulheres, que nos revelam *multipli-cidades* a partir das corporeidades vividas no espaço da rua.

Palavras-chave: Corpo. Rua. Mulheres em situação de rua. Geografia e gênero. Geografias Feministas.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the relationships established between body and street and the implication of the gender issue in these relationships, based on the analysis of the experiences of women living on the streets in the brazilian city of Pelotas (Rio Grande do Sul state, Brazil). As a minority group living in the streets, women are the main target of violence in this context. Such data reveals the gender issue as a determinant for the experiences lived by the different bodies in the city. Theoretical reflection has contributions from Feminist Geographies, as well as Urban Anthropology. The insertion in the fieldwork took place along the ethnographic research lines, with participative observations and interviews with homeless women. We analyzed the perceptions of the interlocutors about their experiences, as well as what they reveal to us about the body-city relationship. Thus, we discuss the multiple experiences of these women, who reveal to us *multiple-cities* based on the corporealities lived in the street space.

Keywords: Body. Street. Homeless women. Geography and gender. Feminist geographies.

RÉSUMÉ

Cet article vise à discuter des relations établies entre le corps et la rue et l'implication de la question du genre dans ces relations, départ de l'analyse des expériences des femmes itinérantes dans la cité brésilienne de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brésil. Minorité dans situation de la rue, les femmes sont la principale cible de la violence dans ce contexte. Ces information révèlent la problématique du genre comme déterminant des expériences vécues par les différents corps de la cité. La réflexion théorique a des contributions des géographies féministes, ainsi que de l'anthropologie urbaine. L'insertion sur le champ s'est faite dans le sens de la recherche ethnographique, avec observation participant et entretiens avec des femmes en situation de rue. Nous avons analysé les perceptions des interlocuteurs sur leurs expériences, ainsi que ce qu'ils nous révèlent sur la relation corps-cité. Ainsi, nous discutons des multiples expériences de ces femmes, qui nous révèlent *multipli-cité* basées sur les corporéités vécues dans l'espace de la rue.

Mots-clés: Corps. Rue. Femmes itinérantes. Géographie et genre. Géographies Féministes.

Introdução

Com a noção de que somos integrantes de uma sociedade construída sob preceitos patriarcais – do domínio do homem branco de classe média – e que somos herdeiros de uma ciência eurocêntrica baseada nesses mesmos preceitos, urge discutir vivências de mulheres pobres participantes de uma lógica perversa de exclusão e negação de direitos, que não só discrimina o diferente, mas busca o seu extermínio. Compreendemos que as relações tecidas pelos sujeitos na cidade são espaciais e, também, corporais, e que esses dois aspectos coexistem. Ao pensar nessas questões, quando tratamos das experiências de mulheres em situação de rua, notamos que a trama de relações estabelecida entre seus corpos e o espaço da rua é permeada por violências. Minoria na situação de rua, dados brasileiros recentes mostram que as mulheres são as principais vítimas de violência provocada pela condição de vida nas ruas.

Aqui se faz necessário um adendo: não há dados oficiais atualizados a nível nacional quanto ao número de pessoas que vivem em situação de rua no país. Apesar de haver mobilização por parte do Movimento Nacional da População de Rua e de organizações da sociedade civil, as pessoas em situação de rua não são contabilizadas no censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que realiza o censo da população brasileira.

O único censo da população em situação de rua realizado no país data do ano de 2008. Foi realizado em 71 municípios, sendo 23 capitais, e contabilizou 31.922 pessoas adultas em situação de rua. Desse total, apenas 18% eram mulheres (Brasil, 2008). No ano de 2020, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou um levantamento que resulta da compilação, análise e modelagem estatística dos dados oficiais coletados por todos os municípios brasileiros. Esses dados oficiais são: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e Censo SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Segundo esse levantamento, estima-se que em março de 2020 esse número cresceu para 221.869 pessoas adultas vivendo em situação de rua no Brasil (Natalino, 2020). No entanto, os dados reunidos pelo IPEA não realizam distinção de gênero, raça ou qualquer outra variável que não seja referente à distribuição espacial.

Ressaltamos que os dados compilados pelo IPEA referem-se ao número de pessoas atendidas pela Assistência Social e/ou cadastradas no programa Cadastro Único. O que significa que ainda mantêm invisíveis aos olhos do Estado uma quantidade incalculável de pessoas, que só serão alcançadas quando realizado um censo que vá ao seu encontro nas ruas da cidade.

Para obter dados mais recentes que os do censo nacional de 2009 quanto à quantidade de mulheres vivendo em situação de rua, é necessário se reportar aos dados isolados dos municípios brasileiros, pois não há unificação dos dados nacionais. As fontes desses dados são diversas: censos municipais ou realizados por instituições privadas, ou mesmo Organizações Não Governamentais (ONGs), ou registros de atendidos em órgãos da Assistência Social. Uma reportagem de um grande grupo de comunicação brasileiro consultou esses dados e confirma que a porcentagem de mulheres em situação de rua no Brasil continua significativamente menor que a de homens. Nas capitais, ela varia entre 15% e 20% do total de pessoas em situação de rua (Figueiredo, 2019).

Contudo, mesmo representando um pequeno percentual dentre o total de pessoas em situação de rua no país, elas são maioria nas denúncias de violências contra esses sujeitos: são 50,8% dos 17.386 casos de violência contra a população de rua registrados no Brasil entre 2015 e 2017 – dados mais recentes disponíveis, publicados no ano de 2019 em Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (Brasil, 2019).

Tais dados nos apresentam a uma problemática que diz respeito à questão de gênero, sobretudo, pois, mesmo que ocupem as ruas em um número significativamente inferior ao de homens, as mulheres são os principais alvos de violência. O que isso revela sobre as possibilidades de vivência do espaço urbano? A população em situação de rua como um todo é alvo de violências e extermínio e sofre a violência de ter os seus direitos mais

básicos negados - a começar pelo direito à moradia adequada. No entanto, as mulheres em situação de rua são as mais violentadas, seja por desconhecidos, companheiros, ou por agentes de segurança, como apontam estudos e relatórios recentes (Brasil, 2019; Fernandes, 2019; Lemões, 2020).

Tendo em vista que os dados nacionais apontam para o entendimento do gênero como um fator que diferencia a suscetibilidade à violência na situação de rua, compreendemos que os corpos femininos vivenciam a cidade de uma outra maneira em relação aos corpos masculinos. Ressaltamos que todas as interlocutoras que participaram da pesquisa eram mulheres cisgênero, portanto as questões aqui discutidas contemplam sobretudo as vivências dessas mulheres. Assim, o objetivo deste artigo é discutir as relações estabelecidas entre corpo e rua e a implicação da questão do gênero nessas relações, a partir da análise de experiências de mulheres em situação de rua na cidade brasileira de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul. Este artigo tem como base os dados e discussões apresentados na dissertação de Mestrado intitulada *Rua, substantivo feminino: mulheres em movimento e o direito ao corpo na cidade*, defendida no ano de 2019 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Algumas discussões foram atualizadas com dados mais recentes, divulgados após a publicação da dissertação, bem como foram adicionados excertos das entrevistas e dados de campo que não foram incluídos na dissertação.

Esta pesquisa em questão apresenta uma etnografia instaurada com a observação participante com uma das oito interlocutoras, Beatriz, que foi acompanhada em seu cotidiano pelo período de dez meses. Com as demais interlocutoras foram realizadas entrevistas gravadas e transcritas, pois nosso contato se restringia aos momentos de convivência no Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop) de Pelotas/RS, onde as entrevistas foram realizadas. Ambas as experiências foram registradas em diário de campo, sobretudo aquelas referentes à observação participante.

Os nomes das interlocutoras foram substituídos por nomes de mulheres negras brasileiras com conhecida relevância na História, na arte e na política, a saber: Teresa do Quariterê, liderança quilombola no século XVIII; Dandara dos Palmares, guerreira e liderança quilombola no Quilombo dos Palmares, no período Colonial; Antonieta de Barros, primeira deputada estadual negra no Brasil; Carolina de Jesus, escritora que viveu na favela do Canindé, em São Paulo, conhecida por sua obra Quarto de despejo: diário de uma favelada, na qual descreve seu cotidiano e questiona as estruturas sociais; Ruth de Souza, primeira mulher negra no cinema, teatro e televisão brasileiros; Jurema Batista, que presidiu a Comissão de combate à discriminação de etnia, religião e procedência nacional, durante seu mandato como deputada estadual no Rio de Janeiro, no ano de 2002; e Beatriz Nascimento, historiadora, professora, poeta e ativista pelos direitos humanos das mulheres e das(os) negras(os).

Neste artigo, a partir de considerações teóricas sobre o espaço da rua, discutiremos a relação que consideramos intrínseca entre corpo e cidade e como ela se manifesta para as mulheres em situação de rua na etnografia e nas entrevistas realizadas no percurso desta pesquisa. Na seção inicial, intitulada *Por uma Geografia de corporeidades,* discutimos a questão da reflexibilidade na pesquisa e sua implicação no processo de pesquisa.

Na próxima seção, *Corpo, Rua e Multipli-cidades* apresentamos considerações acerca do caráter de controle que historicamente atravessa o espaço das cidades e é aspecto decisivo para diversas violências e desafios encontrados por pessoas em situação de rua nas suas experiências espaciais. Seguimos então com a discussão dos resultados de trabalhos acadêmicos acerca da situação de rua. Defendemos a ideia de indissociabilidade entre corpo e rua, e as grafias urbanas resultantes dessa relação intrínseca, ancoradas em referencial teórico sobre os dois temas de maneira interligada.

Finalmente, discutimos na seção *Mulheres em situação de rua: desafios e contradições,* os dados empíricos, a partir de fragmentos das entrevistas e diário de campo resultantes da convivência com as interlocutoras da pesquisa, que revelam suas percepções acerca de suas próprias corporeidades, atreladas principalmente à dimensão do gênero, sob a ótica da situação de rua.

Nesse sentido, este artigo pretende discutir experiências vivenciadas por mulheres em situação de rua em Pelotas, sob a perspectiva das Geografias do Corpo e Geografias Feministas para a análise de seus movimentos e dificuldades enfrentadas em seu cotidiano. Os resultados da pesquisa demonstram a importância da leitura e interpretação de subjetividades para atender as demandas de mulheres, e o quanto esse grupo social está submetido aos silenciamentos de políticas públicas nas cidades brasileiras.

Ao fim, apresentamos e discutimos os resultados da análise dos dados empíricos. Encontramos nas experiências espaciais dessas mulheres diversas maneiras de interdições corpóreas, ou seja, limitações que essas mulheres encontram para viver seus próprios corpos no espaço da rua. Estupros, agressões físicas e abusos dentro de relacionamentos são algumas das principais violências apontadas por essas mulheres. Dificuldades que se devem ao fato de serem mulheres vivenciando o espaço da rua, que é em grande parte ocupado por e projetado para homens.

Por uma geografia de corporeidades

O fazer científico não é neutro. Na condução de toda prática de pesquisa há sujeitos pesquisadores(as). Esse(a) pesquisador(a) é, também, um corpo, carregado de subjetividades, ideologias, pensamentos e emoções. E todos esses aspectos fazem, também, parte do processo de pesquisa e de seus resultados, ou seja, influenciam na escolha do tema, dos recortes de estudo, espaços de pesquisa, direcionando o olhar para um determinado campo, ou mesmo aos questionamentos que são realizados.

Essas reflexões iniciais estão amparadas nas palavras de Edgar Morin (1982), quando o autor nos coloca que o conhecimento científico não pode ser considerado como reflexo das leis da natureza, naturalizando suas relações processuais. O conhecimento é fruto de universo de teorias, de ideias, sobretudo de paradigmas, remetendo ao fato de que nossas análises são produto de um enraizamento cultural, social e histórico das teorias.

Portanto, não somente as teorias, mas também as questões subjetivas de cada pesquisador(a) influenciam também na análise dos resultados, ou mesmo na quebra de paradigma. Por exemplo, podemos escolher não utilizar o termo *objeto* de estudo, quando o que se pesquisa são pessoas, sujeitos. Como afirma Nunes (2014):

> Nós, enquanto sujeitos-objetos da experiência, estamos constantemente reformulando nosso conhecimento (...). Observar a si enquanto observa o mundo é a base dessa circularidade. Colocar a própria experiência à parte torna-se insustentável: incluir-se no conhecimento produzido na interação com o ambiente e com as outras pessoas torna a fronteira entre sujeito e objeto mais porosa e mais flexível. Assim sendo, mais do que tolerância, é preciso que exista respeito pela diferença, caso contrário podemos cair no absolutismo, na tentava (*sic)* de escapar da experiência real; no objetivismo, que nos faz considerar o mundo como independente das nossas capacidades perceptivas e cognitivas (...) Compreender o pensamento como corporalizado é aceitar o próprio conhecer como fenômeno vivo em que corpo e ambiente, sujeito e conhecimento são indissociáveis e se influenciam mutuamente (NUNES, 2014, p. 111-112).

Partindo do princípio proposto por esta autora, de uma ciência e, sobretudo, uma ciência geográfica corporalizada (Nunes, 2014), realizamos uma pesquisa e escrita pautadas pela reflexibilidade como prática. Essa prática nos ajuda a compreender que a produção do conhecimento também se faz durante o processo de pesquisa, ou seja, na ação. Nos convoca epistemologicamente a refletir durante o processo de atuação na prática de pesquisa. Isso significa que a pesquisa está centrada num processo dialógico em que todas as interlocuções realizadas estão implicadas teoricamente, possibilitando situar a prática da pesquisa no seu papel político. Como afirma Nunes:

> A maneira como percebemos o mundo está inscrita em nossos corpos, o compartilhamento de significados e a significação do espaço configuram ações cognitivas, que apesar de se estenderem para além de nós, não podem ser encontradas separadamente de nossa corporalidade (NUNES, 2014, p. 113).

Diante do exposto, adotamos a ideia de um fazer geográfico pautado pela reflexibilidade do(a) pesquisador(a) acerca de sua postura na pesquisa, e sua posicionalidade em relação àquilo que estuda e busca compreender. Segundo Silva (2010):

> O tipo de prática geográfica que Larry Knopp defende quando considera o duplo vínculo entre o material e o discursivo implica considerar o corpo, sensações, sentimentos, emoções e desejos como equivalentes e integrantes aos valores atribuídos à racionalidade e à mente. Provoca os geógrafos a serem mais ousados na expansão do terreno empírico, incluindo realidades complexas, desordenadas e fluidas. (…) O autor apela para a modificação das nossas imaginações ontológico-geográficas, e deseja que nossos objetos de estudo sejam considerados de forma mais relacional do que autônoma, mais reflexiva do que objetiva e mais humilde do que ambiciosa. Segundo ele, o resultado dessas práticas geográficas seria uma geografia menos arrogante e elitista, mais esperançosa do que temerosa e mais humana do que "des"- humana" (SILVA, 2010, p. 46).

Compreendemos, com Silva (2010) e Nunes (2014), que nossas subjetividades enquanto pesquisadoras compõem o processo de pesquisa, pois nossos olhares são direcionados a questões que influenciam a pesquisa e os resultados obtidos são analisados sob um referencial teórico consolidado, partindo do corpo que pesquisa, vai a campo, pensa, escreve, sente, interpreta os dados e os apresenta agora em forma de artigo.

Para Favret-Saada (2005), a realização de uma etnografia não depende puramente do interesse em observar determinados sujeitos e suas dinâmicas, mas também e principalmente de a(o) pesquisador(a), também sujeito, aceitar *ser afetado(a)* por aquilo que acontece na relação com aqueles a quem procura conhecer. Afetar-se faz com que a reflexibilidade da pesquisa circule, inclusive, pelas nossas corporeidades, oferecendo novas trajetórias durante o processo. O sentido do "afeto" nos conduz a uma experiência social e espacial, e permite novos olhares.

Para a autora, "aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada" (Favret-Saada, 2005, p. 160). Essa disposição para ser afetado diz respeito sobretudo a relações involuntárias, não guiadas por um roteiro que prescreve a relação entre pesquisador(a) e objeto (ou sujeitas(os)) de pesquisa. Nesses momentos de interação desprovida de intencionalidade ocorre a comunicação mais rica, porque espontânea.

A observação participante é uma experiência de intersubjetividade, na qual a(o) pesquisador(a) passa a ser, também, objeto de observação (Rocha; Eckert, 2008). Para essas autoras, a interação é condição da pesquisa, sendo necessário mais do que apenas encontros fortuitos, mas uma relação que se prolonga no fluxo do tempo e na pluralidade dos espaços vivenciados pelos grupos em que o(a) pesquisador(a) se insere. É necessário que se obtenha a autorização das pessoas com as quais se pretende conviver e observar-participar de suas dinâmicas, como uma postura ética da(o) sujeita(o) que pesquisa.

Essa observação participante é marcada por uma aprendizagem de olhar o Outro para conhecê-lo, em uma relação na qual também passamos a nos conhecer melhor. É também marcada por uma escuta atenta para compreender sua linguagem, gestos, gírias e falar específico do grupo no qual se está inserido (Rocha; Eckert, 2008). Para estas autoras, a capacidade de percepção para observar as dinâmicas e fenômenos sociais em campo implica na disposição do(a) pesquisador(a) a permitir-se experimentar uma sensibilidade emocional que permita penetrar as espessas camadas dos motivos e intenções que conformam as interações humanas. Isso permite ultrapassar a noção ingênua de que é possível medir individualmente a realidade (Rocha; Eckert, 2008.).

Fonseca (1999), em seu célebre artigo *Quando cada caso NÃO é um caso,* nos relembra a importância de compreender que a etnografia deve ter por objetivo compreender questões sociais gerais com base nos casos dos indivíduos, ou grupos específicos, com os quais convivemos como pesquisador(a). Na etnografia, não acrescenta muito em termos de ciência uma pesquisa na qual o(a) pesquisador(a) não se permita ser também "pesquisado(a)" e observado(a) pelo seu interlocutor, sem ter o tempo inteiro a rigidez teórica dos seus objetivos acadêmicos guiando cada passo dado em campo. E, principalmente, na qual durante

e após o campo não seja realizado o exercício de compreender o que esse campo nos diz acerca da realidade geral (Fonseca, 1999).

Dessa maneira, durante o período de realização da pesquisa de Mestrado, houve a convivência da pesquisadora com a interlocutora que permitiu que houvesse tal relação de maneira constante. A convivência e observação participante durou dez meses. Eram encontros que aconteciam aproximadamente três vezes por semana, previamente marcados, ou espontâneos, nas ruas de Pelotas. E também desencontros, pois Beatriz mudava constantemente seu lugar de morada, ora para fugir de agressões - logo no começo do contato, ela e seu companheiro sofreram uma tentativa de assassinato em que atearam fogo a seus corpos enquanto dormiam - ora por pressão de moradores e comerciantes do entorno, para os quais sua presença era incômoda. Com as outras sete mulheres foram realizadas entrevistas no Centro Pop de Pelotas, pois não foi aberta por elas a opção de ter seus cotidianos acompanhados, principalmente por reprovação dos companheiros.

Para a realização das entrevistas, foi feita reunião com a então secretária de Assistência Social do Município de Pelotas/RS (2017), a fim de se obter autorização expressa para realização das entrevistas nas dependências da Secretaria, que foi concedida mediante assinatura de uma Carta de Intenção, na qual consta assinatura da pesquisadora e da orientadora da pesquisa. No momento de cada entrevista, as mulheres entrevistadas assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que garante seu anonimato no trabalho, bem como a liberdade de não responder e de desistir da participação a qualquer momento.

Corpo, rua e multipli-cidades

Historicamente, as cidades têm sido espaços nos quais se preza por um ideal específico de organização, que varia conforme o contexto socioespacial, a renda, a disponibilidade de serviços e acesso para equipamentos urbanos diversos, mas que em geral possui uma tendência a algum tipo de controle dos citadinos para a manutenção da ordem pretendida, e uma segregação dos sujeitos entendidos como diferentes ou desviantes.

Para Yi-Fu Tuan (2005), uma função essencial da cidade na história foi ser um símbolo da ordem cósmica, devido ao fato de que na Antiguidade as pessoas encontravam nos céus uma estabilidade que não era encontrada na Terra. Exemplo dessa diferença é a fixidez das constelações e a regularidade dos movimentos dos astros em oposição ao caráter errático da natureza terrestre, com a distribuição aparentemente não padronizada de seus rios e montes. Assim, "[c]orrespondendo a este desejo de perfeição física estava o anseio por uma sociedade estável e harmoniosa" (Tuan, 2005, p. 231).

Contudo, esse ideal de ordem física e social não costumava durar mais do que poucas décadas, pois sua manutenção dependia da aplicação de força e regras severas que regulassem o comportamento humano. Na tentativa de uma manutenção da ordem na Cidade Antiga, os governos dispersavam para além dos muros da cidade as atividades indesejadas, como quaisquer atividades não agrícolas, criando subúrbios que fugiam ao seu próprio controle. Essa falta de controle, então, passou a constituir ameaça à ordem pretendida na cidade, pois aqueles que ocupavam esses locais – artesãos, vendedores e mercadores – aparentavam ser *desenraizados* e *sem laços* com a terra (Tuan, 2005).

Para as sujeitas de nossa pesquisa, a noção de desenraizamento e ausência de laços – não somente com a terra, mas também enquanto vínculos sociais – se faz presente na definição estatal, amparada em Decreto Presidencial, que delimita o grupo compreendido como população em situação de rua:

> Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória" (BRASIL, 2009).

As expressões *vínculos familiares interrompidos ou fragilizados* e *inexistência de moradia convencional regular* corroboram nossa analogia de que as pessoas em situação de rua representam para os governos de nossas cidades atuais o que os artesãos, mercadores e vendedores, *desenraizados e sem laços com a terra,* representavam à Cidade Antiga: ameaça à ordem pretendida. Seus hábitos de vida não são facilmente rastreáveis e controláveis. Não seguem o padrão de vida urbana que é esperado. Seus corpos não se enquadram no padrão estético socialmente aceito, seja na questão racial, de vestimentas, higiene ou cuidados de saúde. E, no caso das mulheres, não correspondem ao padrão masculino que nossas cidades reproduzem, com uma divisão sexista de cidade, que separa categoricamente espaços públicos e privados, com o domínio do público sendo ocupado pelo masculino, e o privado, pelo feminino (Silva; Ornat, 2010).

Se a pretensão de nossas cidades, planejadas de maneira sexista, é a de que o espaço público seja de domínio dos corpos entendidos como masculinos, e aos corpos femininos reste o espaço privado, o que restaria, então às mulheres em situação de rua, ou, às *donas sem casa*? Ser mulher em situação de rua é disputar o direito de viver o espaço urbano e o próprio corpo em condições desiguais de gênero e de classe, no mínimo.

Assim como o corpo de um ex-soldado com a mão amputada substituída por uma prótese mecânica pode incomodar espectadores em uma sessão de um filme de guerra no cinema (Sennet, 2008), o corpo desviante das normas de classe e de gênero ocupando um espaço que não foi pensado para si, ameaça "não tanto por ser um corpo ferido, mas um corpo ativo, marcado pela força das circunstâncias" (Sennet, 2008). Um corpo que resiste às mais diversas e cotidianas violações de direitos, permanece vivo e reproduzindo suas relações sociais ao subverter os usos pensados para as ruas da cidade é um corpo ativo e resiliente. Um corpo forte. Essa força ameaça a ordem. Essa ameaça suscita no Estado a necessidade de controle.

Essa necessidade é um traço característico que permanece nas cidades contemporâneas. O fato de determinados grupos sociais serem considerados desenraizados e sem laços continua a ser um fator de alerta para a construção de dispositivos de controle, de ataques e de segregação. Como afirma Frangella: "os moradores de rua são tidos como 'fora do lugar', desencaixados espacial e simbolicamente porque sua visibilidade é traduzida como uma ameaça às definições normativas do espaço urbano" (Frangella, 2009, p.15).

A rua, para Carlos (2007), apresenta-se como um importante ponto de partida para a reflexão acerca do tema da espacialidade. Para nós, a rua é o ponto de interesse dentro do espaço urbano na discussão deste artigo. Para a autora, "a rua se coloca como dimensão concreta da espacialidade das relações sociais num determinado momento histórico, revelando nos gestos, olhares e rostos, as pistas das diferenças sociais" (Carlos, 2007, p. 51). Para ela, na rua ficam evidentes as formas de apropriação da cidade e do lugar, sendo essa o lugar onde as diferenças e contradições da vida cotidiana se fazem visivelmente presentes, "(…) bem como as tendências de homogeneização e normatização impostas pelas estratégias do poder que subordina o social" (Carlos, 2007, p. 51).

Ainda para Carlos (2007, p. 52) "a rua se liga à idéia da construção dos caminhos que junto com a casa criam o quadro de vida". No entanto, para as pessoas em situação de rua, o quadro de vida é majoritariamente construído no espaço da rua, em movimentos múltiplos e complexos, que muitas vezes não incluem uma casa – ou melhor, que têm a rua como casa. Assim, esses sujeitos exercem no espaço da rua uma apropriação íntima a partir do próprio corpo, na qual corpo e rua formam um contínuo em seus cotidianos, com diferentes pontos que interligam seus trajetos: instituições governamentais que fornecem apoio, pontos de caridade, redes de assistência formadas espontaneamente, casas de familiares, etc.

Palombini (2015) nos apresenta uma importante contribuição a partir de sua dissertação de Mestrado, ao evidenciar em seu trabalho as vozes dos interlocutores e interlocutoras de sua pesquisa no bairro Cidade Baixa, na cidade de Porto Alegre/RS. O autor analisa as maneiras alternativas de relação com o espaço e as diferentes formas de habitar desenvolvidas pelas pessoas em situação de rua, tendo em vista a complexidade e as contradições de suas vivências. Para Palombini (2015), a pessoa em situação de rua

> vive nas entranhas de uma cidade socialmente produzida para quem *tem*, estruturalmente excludente e discriminatória, assim como todas as grandes cidades sob o sistema econômico e social vigente em nosso país e, talvez, no mundo (PALOMBINI, 2015, p. 15, grifo do autor).

Para esse autor, aqueles e aquelas que habitam as ruas são sujeitos geográficos por excelência, devido à sua íntima e intensa relação com as ruas da cidade, e ele considera que os espaços ocupados por eles e elas são *subespaços*, que são os espaços possíveis de serem habitados por essas pessoas, encontrados nas fissuras de uma cidade com modos de vida hegemônicos dos quais esses sujeitos estão apartados.

Em algumas pesquisas de antropólogos, encontramos considerações fundamentais acerca das relações sociais e vínculos afetivos criados por quem habita o espaço das ruas. Tais discussões revelam o caráter de *lar* que tal espaço pode possuir para esses sujeitos. Lemões (2013) analisou as relações sociais e vínculos tecidos pelas pessoas em situação de rua na cidade de Pelotas/RS, desde as fraturas e continuidades com o universo familiar, até a construção de novos vínculos em relações semelhantes às familiares no universo da rua. De acordo com o autor:

> Na rua, assim como não se abandona em definitivo as vinculações familiares, também não se deixa de constituir novos vínculos que remetem aos de origem familiar, seja em sua organização interna, na definição de papéis ou na proximidade afetiva pela qual os partícipes adquirem nomeações familiares. Estes novos vínculos – proporcionados pela acolhida que a vida nas ruas oferece – estruturam uma relação familiar cunhada a partir de experiências compartilhadas ou situações críticas que comprovam lealdade entre os envolvidos, como demonstrações de defesa e proteção em casos de discussões, brigas ou companheirismo em situações de risco. (LEMÕES, 2013, p. 186).

Essa etnografia de Lemões (2013) constitui-se em um registro importante para demonstrar que o universo da rua pode ser visto para além de um meio onde as relações são pautadas pelo individualismo e pela ruptura total com o universo da casa e da família, como o senso comum e a grande mídia podem nos levar a pensar.

Ainda no sentido de compreender o universo da rua para além da falta, despossessão e estigma, Lemões realizou sua pesquisa de Doutorado com os homens e mulheres militantes do Movimento Nacional da População de Rua na cidade de Porto Alegre/RS (MNPR-RS) e aborda de maneira minuciosa sua potência e capacidade de agência política na luta pelos direitos da população em situação de rua (LEMÕES, 2017).

Lemões (2017) compreende o MNPR-RS como uma *máquina de guerra*, utilizando o conceito dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997). Se constituindo enquanto máquina de guerra, esse movimento social explicita toda a violência que o Estado produz sobre as vidas da população em situação de rua, por meio da luta nômade que realiza. *Máquina de guerra* (Deleuze, Guattari, 1997) seria uma noção possível para denominar movimentos coletivos que teriam como objetivo a resistência, ou inibição de poderes totalizantes.

A compreensão desse Movimento enquanto máquina de guerra veio a partir das experiências etnográficas do autor, em intensa convivência e engajamento nas experiências de luta desse movimento. Para tanto, o autor realiza em sua tese uma análise histórica a partir de referencial teórico pós-colonial e decolonial, que compreende a produção de corpos desviantes e extermináveis no Brasil como um processo participante do que este intitula de "a face brutal da modernidade", que por meio de uma cruzada contra a vadiagem constituiu seus planos racistas de modernidade para exterminar sujeitos indesejáveis frente à inevitabilidade do fim do sistema escravista (Lemões, 2017).

Essa análise, segundo o autor, é uma maneira de "restituir carne, sangue e cor à gramática de classes" (LEMÕES, 2017, p. 52) e deixa entrever que a produção de "populações vulneráveis é parte crucial da violência colonial que não foi, não passou, não cessou. Ela é. Ela está" (Lemões, 2017, p. 56) e vai muito além de uma questão estritamente econômica, que é o viés mais comum de abordagem da realidade nas ruas.

Nosso entendimento da rua enquanto espaço de *multipli-cidades* está ancorado no referencial supracitado, e também em Massey (2008). Pensar *multipli-cidades* nos permite ler

cidades múltiplas e diversas que coexistem na sua relação tempo-espaço. Os sujeitos e suas corporeidades não podem ser conceituados pela simples projeção de suas experiências com a cidade, que se associam a uma série de práticas hegemônicas que as regulam e exploram, e tornam sua existência planejada para atender a essas práticas. Percebemos que, dialeticamente, suas corporeidades encontram maneiras de resistir a todas essas ações.

A leitura de Doreen Massey (2008) nos ajuda a perceber que práticas sociais espacializadas se comunicam e se inter-relacionam na coexistência da heterogeneidade e da pluralidade das ações humanas, tornando os sujeitos conectados com a cidade por múltiplas e diversas maneiras. Nesse sentido, a rua necessita ser interpretada nas suas múltiplas relações.

A rua enquanto espacialidade, para Gomes (2014),

> se expressa por uma potencialidade na abertura das relações e na eventualidade de trajetórias, contudo, não deixa de ter seus poderes estratégicos e processos de subjetivação singulares. As formas de subjetividade coexistem aos estratos do saber e ambos são atualizados pelas relações de força, difusas, por isso, não localizáveis, porém locais. Em outras palavras, são 'performances corporalizadas' (ROSE, 1999) tomando sentido entre os domínios do sujeito (GOMES, 2014, p. 103).

Tanto em Gomes (2014) como em Massey (2008), reconhecemos os aspectos de multiplicidades e heterogeneidades nas relações sociais praticadas no espaço, e mais especificamente no espaço da rua. Essas práticas corporalizadas, trazidas em Gomes enquanto *performance,* encontram pontos de contato entre diversos grupos que vivem a rua – no caso de Gomes, jovens do sexo masculino e, em nosso caso, mulheres adultas em situação de rua: abertura de relações, eventualidade de trajetórias, relações de poder e coexistência de subjetividades.

O espaço da rua é vivenciado de diferentes maneiras pelas diversas camadas sociais, e as diferenças de gênero potencializam determinadas relações de poder. Conforme discutido por Soliva (2011), para determinados sujeitos, a rua – para esse autor compreendida como um espaço de circulação e interação entre diferentes indivíduos – pode representar medo e concretizar a impossibilidade que determinadas corporeidades encontram de vivenciar plenamente seus direitos.

A rua como espaço de perigo (Soliva, 2011), se apresenta como o espaço em que os indivíduos que não cumprem a norma social estabelecida para espaços públicos estejam passíveis de "punição". Essa "punição" se dá por meio de violências infligidas contra os corpos desviantes. A partir das considerações desse autor, observamos que pessoas homossexuais, ao vivenciar o espaço da rua, são objeto de escárnio e agressões físicas, têm seus direitos civis negados e são rebaixados ao status de não-humanos. Da mesma maneira ocorre com as mulheres em situação de rua.

Ao subverterem a lógica dos espaços públicos e fazerem dele a sua casa (espaço privado por definição), automaticamente essas mulheres têm seus corpos percebidos como públicos. Eles são tomados por homens domiciliados como moeda de troca, quando estes "oferecem" ajuda, dinheiro, ou alimentos em troca de sexo; são invadidos e violentados a partir de estupros e agressões físicas, que vêm de transeuntes, agentes de segurança, ou mesmo de seus companheiros. Além disso, são controlados por homens e agentes masculinos (representantes do Estado, por exemplo), quando não podem determinar por conta própria onde dormir, se podem, ou não, exercer sua maternidade. Enfim, elas sofrem interdições corpóreas que lhes são infligidas pelos mais diversos agentes (Fernandes, 2019).

Na atual dinâmica das cidades, é cada vez mais desencorajado que o corpo tenha uma vivência direta com os espaços públicos, exceto quando estritamente necessário, ou inevitável. Ao contrário do que acontecia em momentos históricos anteriores, com o corpo se fazendo muito presente na rua para festejos, comemorações, ou momentos banais de socialização cotidiana entre vizinhos, hoje a rua é espaço de circulação. E quem permanece nela e faz dela sua moradia é visto como ameaça.

De fato, evitamos cada vez mais o contato com o outro, principalmente com o desconhecido, pois nossas atividades cotidianas na cidade são objetivas e apressadas, e qualquer um que nos disperse do objetivo que buscamos seguir é visto como empecilho. Ferreira

(2011, p. 90) descreve essa configuração do espaço urbano como "[...] espaços seguros, [...] também apartados, onde os cidadãos tentam suprir suas necessidades com o mínimo de contato com o ambiente exterior". Para o autor:

> Sob o medo e o consumo da proteção, os indivíduos são disciplinados e submetidos a uma performance social que aponta para uma classificação e rendimento dos corpos. Pode-se dizer que nas sociedades contemporâneas há algo de volátil nos sistemas de controle, o corpo é docilizado por mecanismos fluidos (FERREIRA, 2011, p. 91).

Ferreira (2011) refere-se à relação de continuidade entre corpo e cidade como uma corpografia urbana. Tratamos aqui da corporeidade, sobretudo como essa relação entre corpo e espaço urbano, na qual ambos influenciam-se mutuamente e são extensão do outro. Podemos também, pensar com Hissa em uma *cidade-corpo:*

> O corpo: anúncio de movimento; detonador de ações e memórias; dentro-fora; interno-externo; inexaurível. A vida urbana é feita das relações corpo-cidade, espaço-movimento, afeto-ação. A cidade-terreno é a cidade no nível da rua, produzida por corpos e movimentos, do que está sendo feito da vida urbana. O corpo experimenta a cidade. A cidade vive por meio do corpo dos sujeitos. A cidade é cidade-corpo (HISSA, 2013, p. 56).

Reconhecemos, assim, uma indissociabilidade entre corpo e cidade, sendo a cidade construída pelos corpos que a experimentam, como afirmou Hissa. Britto (2010), ao trazer o corpo para o centro da experiência, reconhece que o espaço é mais do que uma plataforma física para ser ocupada pelos corpos, e o compreende como um campo de processos instaurados pela própria ação interativa de seus componentes, que produz corporalidades e ambiências (Britto, 2010).

Para a autora, a cidade é compreendida pelo corpo como um conjunto de condições interativas, cuja síntese é expressa pelos corpos por meio de uma corpografia urbana: espécie de cartografia corporal que não distingue o objeto que é cartografado de sua representação, pois reconhece a dinâmica que constitui tal cartografia como contínua e recíproca. Dessa maneira, Britto (2010) admite a hipótese de que a dinâmica da cidade se inscreve em diversos graus de estabilidade sobre os corpos que a experimentam, configurando *corpografias*.

Essas corpografias, portanto, permitem tanto compreender "as configurações de corporalidade como memórias corporais resultantes da experiência da espacialidade, quanto compreender as configurações urbanas como memórias espacializadas dos corpos que as experimentaram" (Britto, 2010, p. 15). Assim, as relações que constituem o espaço e possibilitam a existência da *multipli-cidade* também configuram os corpos, que constroem suas espacialidades nas interações efetivadas nesse espaço. A *multipli-cidade*, então, se faz presente como condição e produto dessas interações. *Multipli-cidade* de sujeitos, de corpos, de espacialidades, de experiências.

O racionalismo moderno reiterou uma concepção de sujeito universal sem um corpo, bem como privilegiou uma concepção de espaço funcional, desvinculando corpo e espaço e neglicenciando as relações simbólicas (Nunes, 2014, p. 155). Nessa concepção moderna de espaço prioritariamente funcional, nossa sociedade finda por ignorar quão visceral é nossa relação com o espaço, por mais que os estilos de vida que são vendidos queiram nos convencer – e talvez convençam a alguns – do contrário.

Somos nosso corpo e não alguém que apenas "mora" nele. Compreendemos com Nunes (2010) que não se trata de afirmar que temos um corpo, mas sim que somos esse corpo que age e sente, afeta e é afetado pelas relações entre corpos e espaços.

Afetos bons e ruins com relação a determinados espaços são relações tecidas entre corpo e espaço – em via dupla. Talvez esqueçamos disso devido às diversas camadas que mediam essas relações – edificações, meios de transporte, tecnologias. Quando pensamos nos sujeitos que possuem menos dispositivos físicos externos ao corpo para mediar tais relações, como as pessoas em situação de rua, a intensidade da experiência que se estabelece entre corpo e espaço parece mais evidente.

Com relação à corporeidade das pessoas em situação de rua na cidade, Frangella afirma (2009):

> O universo dos moradores de rua, marcado por duplo movimento de exclusão e de vivência nômade, tem o corpo como *locus* de produção e enunciação dessa experiência. Privados de qualquer outro suporte material e simbólico em suas andanças que não o seu corpo, é neste que se projetam as contínuas e sucessivas intervenções e manifestações de violência que atualizam cotidianamente as tentativas de exclusão desse segmento. Mas é também através do corpo, *sobretudo*, que surgem as possibilidades de resistência do morador de rua à exclusão. Com reelaborações dos limites e potencialidades do corpo, eles concebem outros parâmetros de funcionalidade e de uso do espaço urbano, assim como agenciam novas representações a respeito de sua experiência social (FRANGELLA, 2009, p. 16, grifo da autora).

Ao longo da pesquisa, a corporeidade das mulheres em situação de rua foi enunciada de distintas maneiras, quer seja pela percepção de que sua corporeidade difere do padrão estético geral na sociedade, ou pela aceitação do gênero como justificativa para violências sofridas. Relações paradoxais foram enunciadas, conforme discutiremos em seguida.

Mulheres em situação de rua: desafios e contradições

As experiências espaciais dos sujeitos são constituídas de maneiras distintas, conforme o gênero, a raça, a classe social, a idade e outros fatores inscritos nos corpos. Durante a pesquisa houve convivência, observação participante e entrevistas com mulheres em situação de rua. O material resultante desse trabalho de campo embasam as reflexões e considerações apresentadas nesta seção. A partir das falas das mulheres em movimento, somos apresentadas a uma grande *multipli-cidade* de experiências, tanto anteriores à trajetória de rua, como na própria realidade das ruas.

A análise das entrevistas e do material registrado em diário de campo será realizada com foco em alguns pontos principais, a saber: violências sofridas, estratégias de proteção, e percepção dos desafios enfrentados pelas mulheres na situação de rua. A complexidade das relações tecidas por essas mulheres em movimento nas ruas faz com que os diferentes pontos se interpenetrem, o que faz com que não haja preocupação, de nossa parte, com a construção de uma linearidade entre os pontos.

Embora todas as entrevistas tenham seguido o mesmo roteiro, houve grande discrepância entre as durações de cada uma: enquanto houve interlocutoras como Carolina, que falaram por mais de uma hora, algumas, como Chiquinha, responderam às questões de maneira curta e objetiva, se retirando do local da entrevista em poucos minutos. Escolhemos os trechos mais significativos para cada ponto analisado, tendo em vista o fato de alguns eixos terem sido privilegiados pelas interlocutoras em detrimento de outros.

Denominamos as interlocutoras como *mulheres em movimento,* para privilegiar a dimensão da corporeidade em movimento que constitui suas vidas. Estar em movimento nas ruas, para as interlocutoras desta pesquisa, é uma questão vital. Se dividem entre trabalhar na rua, cuidar dos filhos, que em geral vivem com familiares domiciliados, e buscar estratégias de proteção.

Conforme discutimos no início do artigo, o espaço da rua é majoritariamente masculino. A mulher em movimento tem de disputar este espaço em condições desiguais, no mínimo de gênero e classe - dado o fato de que não é somente com homens em situação de rua que elas convivem. Para isso, elas elaboram diferentes estratégias: seja a adoção de um comportamento socialmente reconhecido como masculino, como a agressividade (Frangella, 2009; Fernandes, 2019), ou a escolha por um parceiro masculino que as protejam dos demais (Fernandes, 2019). Acerca dessas estratégias, Carolina diz:

> Se mora na rua, tem que ter um homem pra proteger. Porque nem todos homens na rua são iguais. Tem uns que são perigo até te agarrar à força. E aí a mulher que chega e diz assim: "porque eu sei, eu me cuido e não sei que, e se chega um e faz isso comigo eu pego e derrubo!", não existe isso. Não existe isso. Por isso que eu acho que tem que ter um homem, sim, pra defender (CAROLINA, 2018).

A fala de Carolina revela uma estratégia de proteção criada por mulheres em situação de rua para sobreviver a um espaço historicamente dominado pelo masculino, que se personifica na figura de homens, em situação de rua ou não. Carolina não foi a única a expressar essa opinião. Antonieta, Chiquinha, Ruth e Jurema também afirmaram que a mulher em situação de rua precisa de um homem ao lado para protegê-la. Essa estratégia, por si só, já lhes retira o direito de escolha sobre sua própria corporeidade, pois o corpo feminino sozinho na rua é alvo de diversas invasões. Para se sentirem mais seguras na rua, é frequente que as mulheres em movimento adotem a escolha por um parceiro que as proteja dos demais, para que não sofram violências por parte de outros homens.

Contudo, essa é uma relação paradoxal, pois o mesmo homem que assume o papel de companheiro e protetor, pode também ser um violentador. A mesma Carolina, que em diversos momentos de sua entrevista exalta as qualidades de provedor, protetor e amante que identifica em seu companheiro, denuncia violências infligidas por ele, que a obrigaram, inclusive, a pedir por uma laqueadura tubária, por medo de voltar a sofrer agressões durante uma possível gestação:

> Eu fiz [laqueadura tubária] contra a minha vontade, mas ao mesmo tempo, com medo que o outro me matasse. Que o pai da minhas filha me matasse, porque o pai da minhas filha me ameaçava. Se eu largasse dele e fosse viver longe dele e ele longe das criança, ele dizia que ia me matar. Porque eu não queria ter mais filho com ele, entendeu? Mas ele não queria mais me largar, tás me entendendo? E aí ele dizia que ia me matar. E por isso eu fiz o ligamento [laqueadura]. Foi uma coisa contra a minha vontade, mas ao mesmo tempo pensando assim: "pô, mas eu to atirada num mundão também, né? Vou me ligar". (...) Eu era mais nova, e não queriam [médicos do hospital], não queriam fazer. Me lembro que não queriam fazer e eu disse assim: "não, mas faz, porque esse homem vai me matar". Eu fui [pro hospital] marcada de fio de luz no corpo, quando eu fui ter o guri, o último (Carolina, 2018 [texto nosso]).

Na mesma entrevista, Carolina falou, emocionada, o seguinte sobre seu companheiro:

> Nem todos os homens pensam em defender as suas próprias mulheres na rua. Deixam elas jogada. (...) E tu sabe por que que eu tô tentando lutar pelo meu marido? Porque ele nunca fez isso comigo. Ele me tirou da noite. Eu batalhava. Ele me tirou das ruas. Mesmo fumando o *crack* dele. Ele me teve como mulher de verdade. (...) Ele não é totalmente ruim. Ele é ruim pra ele mesmo. (...) Isso que ele já fez coisas comigo, assim, terríveis, mas mesmo assim, eu sei que não é ele na hora que tá ali. De me machucar profundamente, de me abrir a cabeça, de tanto pau que me deu, do nada, assim, por causa da falta da química. E, mesmo assim, eu tento lutar por ele. Porque eu sei que quando ele usa droga, às vezes ele sai fora de si. (...) Eu querer ajudar o meu marido é porque ele não foi assim [descuidado] pra mim. Nós comecemo num barraquinho. Num barraquinho, numa lona. Uma lona montada tipo casa. E dali ele me botou num chalezinho. E dali ele me botou numa casa alugada. Mesmo ele sendo usuário de *crack*. E dali ele nunca deixou eu passar fome. Mesmo eu usando *crack* com ele. Porque eu cheguei a usar *crack* com ele. E ali, mesmo ele sendo, passando dos limite depois, de ter se botado em mim e tudo mais, ele sempre foi um homem pra mim. Um homem que nunca deixou eu passar trabalho. Me tirou das quadra. Me tirou do... do... como é que se diz? Da pista pra negócio! Sabe? A prostituição (Carolina, 2018 [texto nosso]).

Essa relação paradoxal proteção/violência, presente em relações como a de Carolina com seu companheiro, revela um aspecto cruel da realidade das mulheres em situação de rua: a necessidade de escolha por um parceiro que a proteja da violência de outros homens e seja provedor de algum tipo de sustento. Porém, aqueles homens, que para elas representam um lugar de segurança, onde elas esperam encontrar proteção contra os perigos da rua, são também os mesmos que podem representar risco às suas vidas. Ameaças de morte, estupro e tentativas de violações dos corpos femininos são realidades constantes nas vidas dessas mulheres.

Quanto à questão do homem enquanto provedor e protetor, evidenciam-se nas falas de algumas mulheres a reprodução dos papéis de gênero atribuídos a homens e mulheres. Compreendemos aqui o gênero enquanto

> uma representação do ideal dos papéis sociais a serem experienciados por corpos considerados masculinos e femininos em diferentes tempos e espaços. Gênero, portanto, não é uma realidade em si mesma, mas um ideal exercitado cotidianamente por diferentes tipos de corpos que, ao agirem pautados pela representação, superam a mera reprodução de papéis e recriam continuamente a própria representação de gênero. Assim, o gênero é um eterno movimento que se faz na ação humana criativa, e como toda ação implica uma espacialidade, o caráter performático do gênero é simultaneamente espacial e temporal (SILVA, 2009, p. 84).

Beatriz, a interlocutora que foi acompanhada por mais tempo durante a pesquisa, costumava ficar em sua "mansão de vidro", enquanto o companheiro se deslocava para locais mais distantes para trabalhar como guardador de carros em ruas movimentadas. A denominação "mansão de vidro" é uma referência de Beatriz à ausência de paredes em sua *casa*, que consistia em colchões distribuídos em uma calçada, com seus pertences guardados em um canto, cobertos por um lençol.

Suas falas sobre a divisão de tarefas entre o casal demonstraram essa reprodução dos papéis de gênero atribuídos a homens e mulheres. "Ele vai lá e traz o sustento da casa e ainda traz presente pra mim. Tem que ser assim, né? Eu fico aqui bem tranquila cuidando da casa e ele vai lá. Olha o tamanco lindo e novinho que ele achou esses dias e trouxe de presente pra mim" (Diário de campo, 2018). Ela dizia isso sorrindo enquanto mostrava os tamancos vermelhos quase sem marcas de uso, que seu companheiro havia encontrado recentemente em um contêiner de lixo da cidade.

Dado o caráter espacial das tarefas separadas por gênero, tal divisão instituiu espacialidades e relações sociais distintas entre o casal. O fato de Beatriz ficar em *casa* enquanto o companheiro saía para trabalhar, possibilitou a ela fazer amizades com mulheres domiciliadas na vizinhança, que forneciam alimentos, água potável e outras doações, bem como conversavam com ela enquanto ela estava sozinha em alguns momentos do dia. Já seu companheiro, conhecia bem os lugares onde era possível conseguir os melhores pagamentos pelo cuidado com os carros estacionados.

À época da realização dos trabalhos de campo da pesquisa, Beatriz estava em situação de rua há 5 anos, e, coincidentemente ou não, esse era também o tempo de seu relacionamento com seu companheiro. Ela conta que o conheceu quando estava na rua há apenas alguns dias, e nunca mais "se largaram". Quando, ainda durante o tempo do trabalho de campo da pesquisa, eles se separaram e ela ficou sozinha, não foi mais possível encontrá-la, pois sua espacialidade adquiriu uma efemeridade muito maior. Algumas pessoas diziam que a haviam avistado vivendo em determinado lugar há poucos dias, mas, chegando lá, ela já havia se mudado. O que sugere que a companhia masculina enquanto elemento de proteção lhe permitia uma fixidez maior em um determinado espaço ao longo do tempo.

Quando questionadas acerca das diferenças que elas observam entre a experiência da situação de rua para homens e mulheres, há uma diversidade nos pontos observados pelas interlocutoras, mas quase todas consideram que essa situação é mais difícil e desafiadora para a mulher:

> Durante a noite, pra mulher, é bem complicado! Mas eu, ah! eu durmo tranquila! Durmo, durmo mesmo. Porque eu me dou o respeito, né, guria? E respeito todo mundo. Se eu tivesse rabo preso eu não faria, né? Já quiseram se abusar comigo, mas não deu certo, não. Eu com essa boquinha santa fiz um escândalo! Fiz o griteiro. Acho até que a criatura se assustou dos meus gritos, só, porque não tinha ninguém perto de mim (TERESA, 2018).

No relato supracitado, percebemos que Teresa foge ao padrão de busca por um companheiro para proteção. Em sua entrevista, afirmou sempre estar sozinha (em termos de relacionamento conjugal), e não precisar de ninguém para protegê-la. É frequente em sua fala um certo entendimento de responsabilidade da mulher em situações de risco. Para ela, "se dar o respeito" é um requisito para ser respeitada na rua. Ela afirmou que dormia em lugares em que há presença de vários homens, mas que nenhum "se abusa" dela. Contudo, disse já ter passado por episódios em que tentaram abusá-la, mas não conseguiram porque ela "abriu o griteiro" e assustou a pessoa. Notamos, então, certa contradição, resultante da

reprodução do discurso machista de nossa sociedade, que põe sobre a mulher a responsabilidade pelas violências que sofre: caso "se dar o respeito" fosse o suficiente para evitar abusos, Teresa não teria passado pela situação de tentativa de abuso que relatou.

Dandara, por sua vez, demonstra preocupação no tocante à corporeidade, à aparência:

> É que homem... homem é homem, né? Se ajeita em qualquer canto. A mulher, não, ela já tem que ter... ela tem que ter a privacidade dela pra poder tomar o banho, pra poder se trocar. Porque a mulher não vai passar o dia inteiro com a mesma roupa, né? Tem que ter o momento pra ela fazer a higiene dela, né? Pra ela se cuidar. Mora na rua, mas tem que tá direitinha, né? (DANDARA, 2018).

Para ela, a mulher necessita de privacidade para tomar banho e se arrumar, coisa que para os homens pode ser dispensada, já que "homem se ajeita em qualquer canto". Ruth, uma interlocutora que não permitiu a gravação de sua fala, mas somente anotações, afirmou que, em sua percepção, viver a rua é mais arriscado para as mulheres. Em primeiro lugar por conta das drogas, depois da prostituição. Em suas palavras, o mais difícil para a mulher na rua é "aguentar e não se prostituir, nem usar droga" (Ruth, 2018). O homem, segundo ela, tem mais opções de trabalho (em obras de construção civil, por exemplo), enquanto para as mulheres a prostituição sempre se apresenta como uma alternativa. Ela conta que já passou pela situação de pedir alimento para um homem e ele oferecer "mais do que alimento", dizendo "vamo ali, que eu te dou algo mais...". Para Ruth, o mais difícil é conseguir alternativas a esses "convites" quando se está em uma situação de extrema necessidade.

Um ponto que chamou a atenção nesse tópico das diferenças entre a experiência da rua para homens e mulheres, foi a resposta de Carolina, a única que afirmou considerar a vida na rua "mais fácil" para as mulheres do que para os homens:

> A diferença... de viver na rua... Diferente é porque os homem já pensam mais em roubar, assaltar, né? E pra mulher é mais fácil. Mais fácil, viver a noite. Mais fácil naquelas... entre aspas. Tem umas que roubam, tem outras que se prostituem. Eu acho que na prostituição é mais fácil. Porque tu pode ter sempre aquela pessoa pra te ajudar. Se tu roubar, tu não vai ter ajuda daquela pessoa mais, tu fica marcada e torturada e de repente vai até presa. Mas se tu... se tu te prostituir, de repente duma prostituição, pode tirar aquela pessoa pra uma pessoa eternamente te ajudando. Aquela pessoa correr por ti, sempre. Quando tu precisar de um dinheiro, precisar de uma ajuda. Eu já tive clientes maravilhosos, pessoas que me ajudavam um monte (CAROLINA, 2018).

A questão da prostituição foi inicialmente inserida na vida de Carolina por conta de um estupro. Em sua entrevista, ela contou que foi parar em situação de rua por ter sido estuprada por um desconhecido aos 15 anos, quando ainda era virgem. Ela conta que se frustrou por ter perdido a virgindade daquela maneira, e aos 16 anos resolveu "se jogar na noite", tendo entrado simultaneamente para o universo da prostituição e para o da situação de rua. Relatou que foi "resgatada" alguns anos depois pelo seu companheiro, por quem demonstra grande gratidão por tê-la "resgatado" da "pista". Contudo, veremos ainda nesta seção que esse mesmo companheiro que, nas palavras de Carolina, a "resgatou" da rua, contribuiu para que ela retornasse para situação de rua mais adiante.

Carolina não é a única que teve uma situação de estupro como disparador que a encaminhou à situação de rua. Ruth conta que foi violentada pelo pai aos cinco anos de idade, e por outro familiar aos catorze. Diz que se afastou da família por conta disso, bem como para fugir dos preconceitos que seus familiares tinham contra sua condição psiquiátrica – ela tem diagnóstico de bipolaridade. Em situação de rua, Ruth afirma que seus movimentos de mudança de lugar de moradia são determinados pela sua percepção de risco de ser agredida sexualmente por algum homem que ocupa o mesmo lugar.

Esses movimentos de mudança de local de moradia também são uma estratégia de segurança para Dandara. Sua prática é não dormir no mesmo lugar por muitos dias seguidos:

> Eu não gosto de ficar dormindo várias vezes no mesmo lugar. Eu prefiro variar, entendesse? Se tu ficar ali, todo tempo no mesmo lugar dormindo ali... não sei te explicar. Eu prefiro dormir hoje aqui e amanhã já vou dormir em outro lugar, entendesse? Me sinto mais segura assim do que dormir todos os dia no mesmo lugar (DANDARA, 2018).

Nos relatos apresentados, observamos sobretudo a dimensão do gênero se fazendo presentenas vivências de mulheres cujas experiências espaciais são múltiplas, mas possuem em comum interdições aos seus próprios corpos. É notório o quanto a percepção de uma corporeidade *feminina* vem carregada de um senso de obrigações e responsabilidades que elas entendem – como parte da cultura patriarcal que vivemos e reproduzimos constantemente – como sendo inerentes ao feminino: cuidados estéticos que o corpo masculino dispensa, mas que para o feminino é essencial, o ato de "se dar o respeito", a necessidade de companhia masculina são exemplos disso.

Ao analisar as experiências espaciais relatadas pelas mulheres em movimento que participaram dessa pesquisa, é notório que a violência e violação dos seus direitos se direcionam aos seus corpos: relatos de violência sexual, tentativas de assassinato, ou os homicídios em si, que a mídia noticia cotidianamente. Bem como seu desapontamento quando notam a não adequação de seus corpos ao padrão de corporeidade feminina vigente na sociedade, como pontua Carolina:

> Eu pesei qua-ren-ta e cin-co qui-los! Quase, quase quarenta e cinco gramas, faltava pra chegar pra quarenta e cinco gramas, entendesse?! Quarenta e cinco quilos! Eu não tinha bunda, eu não tinha perna, eu não tinha mais nada de corpo! Eu virei totalmente um trapo velho. Meu rosto, tu olhava, sugado. Meu corpo, tu olhava e dizia: "Carolina, meu Deus! Tu tá só a roupa!". Eu botava três, quatro calças por cima, pra ver se criava alguma carninha. Por causa que eu tinha de ver o meu corpo assim na frente do espelho. Eu tinha vergonha de me olhar no espelho e olhar meu rosto daquele estado. Tinha vergonha de mim mesma, sabe? (CAROLINA, 2018).

Discursos como esse, de Carolina, mostram uma insatisfação com a questão estética, já apontada por Dandara como uma preocupação *feminina*. Além da violência da sociedade em geral, que as marginaliza e lhes nega os mais básicos dos direitos humanos, essas mulheres lidam cotidianamente com a dificuldade de performar determinado padrão social de feminilidade, bem como com a violência infligida pelos homens, simplesmente pelo fato de serem mulheres. Em uma relação paradoxal, esperam encontrar proteção e apoio na companhia masculina, mas finda-se por encontrar, em muitos casos, agressão e violências.

Se observa a questão de gênero também quando a inserção no universo da rua se dá como um resultado de questões dentro do relacionamento conjugal. No caso de Antonieta, a situação de rua foi a saída para um relacionamento conturbado com o ex-marido, marcado por brigas. Enquanto para ela a rua foi uma rota de fuga de violências, para Carolina foi a única saída para continuar junto do seu companheiro.

> Porque eu era casada e aí... casada modo de dizer, era ajuntada, e aí, no início era tudo mar de rosas, depois ele começou a se atirar no *crack*. Eu, na época, não conhecia que que era o *crack*, e aí ele pegou e começou a desfazer das coisa. E naquele tempo não tinha o negócio de escritura de terreno, por causa que era uma invasão onde nós morava, e ele vendeu o terreninho que nós tinha entrado. Com casinha, com tudo em cima. Desde as coisas, começou primeiro com as coisas de dentro de casa, depois o chalé e o terreno (CAROLINA, 2018).

A submissão e o sacrifício feminino por amor, uma construção social fortemente incutida nas mentes das meninas e mulheres de nossa sociedade, levam algumas dessas mulheres a suportar os mais diversos abusos, conforme exposto na complexa relação de Carolina com seu cônjuge. Além das agressões físicas que sofreu ao longo do relacionamento, ela afirma que perdeu a casa devido aos problemas advindos do uso abusivo de psicoativos que seu marido realizava. Contudo, apesar das agressões e dificuldades, ela encontra nele um lugar de amor e insiste em "lutar por ele", pois acredita que, caso ele resolva suas questões com o abuso de *crack*, as agressões cessariam e eles poderiam viver bem juntos.

Quanto à relação com a cidade, por meio de fragmentos apresentados anteriormente, pudemos observar o quanto, para algumas das mulheres em movimento, a escolha pelos lugares para se estabelecer é determinada pela percepção do perigo, fazendo com que suas espacialidades sejam efêmeras, como percebemos nas palavras de Dandara e Ruth, e nas experiências de Beatriz. É possível também observar a constituição de espacialidades

que se estendem da casa à rua e vice-versa, em um movimento não linear, que mostra que pode não haver uma ruptura total com a família e com o universo da casa, como é o caso de Dandara, cujo filho mora com a família.

> Ele [o filho] fica das 7h30 da manhã até as 5h da tarde na escolinha. Levo ele às sete e meia e depois eu pego ele às cinco. Aí eu fico mais ou menos uma hora e meia com ele e depois eu levo ele pra minha mãe, que ele tem que tomar banho, jantar, e aí ele já dorme, então. Nos finais de semana também. Eu fico com ele de manhã até de tardezinha, e depois ele vai pra minha mãe de novo. Porque não tem como deixar ele dormir junto com nós na rua, né? Aí então eu prefiro que ele fique na minha mãe do que ele fique dormindo na rua. Ele vai fazer 3 anos. (DANDARA, 2018 [texto nosso]).

Dinâmicas como essa de Dandara reforçam nossa percepção das mulheres em situação de rua enquanto *mulheres em movimento*, pois os movimentos cotidianos, seja em busca de sustento, ou da manutenção de vínculos sociais e familiares, fazem com que seus corpos tracem no tecido urbano um emaranhado de rotas interligadas por pontos que não são localizados somente no espaço da rua, mas também no espaço da casa – ainda que não seja a sua própria casa. Esse tipo de movimento feito por Dandara é uma alternativa comum encontrada por mulheres em situação de rua, que certamente perderiam a guarda de seus filhos caso vivessem com eles nas ruas. Sarmento (2020) discute a complexidade das dificuldades enfrentadas por mulheres em situação de rua ou com trajetória de rua para o exercício da maternidade, mostrando que, mesmo depois de domiciliadas, a trajetória de rua permanece nessas mulheres como um estigma que faz com que sejam consideradas pelo Estado como incapazes de serem mães.

Percebemos que a situação de rua modifica a relação dessas mulheres com o próprio corpo. Desde a visualização do corpo como um meio de obtenção de sustento e apoio para sobrevivência nas ruas, até a percepção de sua feminilidade, que é posta em xeque quando do uso abusivo de substâncias psicoativas, e também da impossibilidade de manutenção de uma rotina de higiene e cuidados pessoais, ou mesmo de uma alimentação básica. Bem como da exposição a violências na rua, ou da fuga de outras violências, em casa. Ter sentimentos de desprezo ou vergonha pela própria aparência é uma realidade comum no cotidiano das mulheres em movimento, por não se encaixarem nos padrões de beleza amplamente difundidos e cobrados por nossa sociedade.

Dessa maneira se dá sua relação com seus próprios corpos, tendo restrita sua liberdade, com seus corpos sendo regulados e violados pelos companheiros, e pela sociedade em geral, que lança sobre elas violência física e simbólica. Ainda assim, é em sua corporeidade que resistem.

Essas intervenções e interdições corpóreas, no caso das interlocutoras em questão, foram apontadas como vindo não somente dos próprios companheiros, mas também de desconhecidos e da própria dinâmica sexista da rua, que força determinados movimentos e institui espacialidades que precisam ser efêmeras. Essas interdições são, algumas vezes, legitimadas e justificadas pelo próprio posicionamento das mulheres, que acabam por dar a entender que se sentem culpadas e responsáveis pelas violências que sofrem, quando afirmam que, se a mulher souber "se dar o respeito" e "impor limites", ela não sofrerá violência, mas ao mesmo tempo, relatam que sofreram violência cujos efeitos reverberam em suas vidas até hoje. Assim, as interlocutoras desta pesquisa apresentaram em seus discursos afirmações que demonstram reprodução com relação aos papéis de gênero atribuídos a mulheres e homens.

Considerações finais

O processo de realização desta pesquisa foi todo perpassado por uma relação dentro-fora que esteve implícita nos relatos de campo e nos discursos das interlocutoras. Ao descrever suas experiências, as mulheres em movimento encerravam muitas de suas frases com

expressões como "tás me entendendo?", como quem se esforça para inserir a pesquisadora no contexto que apenas elas sabem como é, de fato. Em alguns momentos diziam explicitamente: "tu nunca vai saber o que é isso, guria. Só quem vive sabe". E, de fato, o olhar que lançamos sobre suas realidades, por mais que se busque escutá-las atentamente, será sempre um olhar externo.

Ao buscar acompanhar Beatriz, o corpo que pesquisa também foi colocado em movimento. Um movimento incerto, pois nunca houve a certeza de encontrá-la sempre no mesmo lugar. Perdemos e retomamos o contato algumas vezes ao longo do tempo da pesquisa, até que, próximo ao seu final, não mais conseguimos tornar a encontrar. Essa incerteza não se aplicou somente ao caso de Beatriz, que era acompanhada diretamente nas ruas, mas também às interlocutoras que foram entrevistadas nos espaços institucionais. Houve entrevistas que foram marcadas e nunca aconteceram, pois mesmo a instituição de serviço social que lhes fornece apoio não representa um ponto fixo em suas experiências espaciais na cidade.

Através da análise dessas experiências, buscamos realizar uma discussão geográfica acerca da relação entre corpo e espaço, compreendendo sua indissociabilidade. E reconhecendo o papel exercido pela dimensão do gênero nesse contexto, em concordância com Silva, que afirma o gênero como um eterno movimento que se faz na ação humana, que constantemente o recria, em suas experiências espaciais e temporais (Silva, 2009).

Nos movimentos realizados durante o processo de pesquisa, encontramos a interdição corpórea como uma constante nas experiências das mulheres em movimento. Os movimentos e as corporeidades aqui apresentadas são de múltiplas origens e formas. São movimentos que atravessam as vidas das interlocutoras antes e após o ingresso à vida nas ruas, que é composta por movimentos voluntários, mas principalmente por aqueles que são impostos por realidades sobre as quais elas não possuem controle. Em outras palavras, são movimentos compulsórios.

As violências manifestas em forma de interdição corpórea vêm de agentes masculinos. São estupros, agressões físicas, situações de abuso dentro dos relacionamentos conjugais, ou a necessidade de estar sempre em movimento ou assumindo posturas agressivas para se defender desses ataques. Ao corpo feminino em situação de rua é negado o direito de se estabelecer em um único lugar como morada. É preciso estar em movimento para fugir dos perigos. Esse corpo também não pode ficar sozinho na rua. É preciso estar acompanhado de um corpo masculino. Se as mulheres em situação de rua não escolherem um homem para protegê-las, os outros homens não vão respeitar os limites de seus corpos – a menos que essa corporeidade se arme de um comportamento agressivo, que na verdade é defensivo. Mas, mesmo assim, não há garantias.

Essas realidades nos colocam, também, em movimento. Fisicamente, para ir ao encontro das mulheres nas ruas e nos espaços que elas vivenciam, além de intelectual e emocionalmente. Somos confrontadas com informações e realidades complexas, que desafiam nosso lugar privilegiado de mulheres brancas e acadêmicas, e nos levam a um comprometimento e grande senso de responsabilidade a respeito das realidades com as quais escolhemos lidar no trajeto desta pesquisa.

Buscamos discutir, sob a perspectiva das Geografias do corpo e das Geografias feministas, essas vivências que historicamente são silenciadas e ignoradas, mas que têm sido cada vez mais observadas e discutidas academicamente ao longo dos últimos anos. Nesse movimento, nossa posição de mulher e a percepção de nossas próprias corporeidades também foram confrontadas e desestabilizadas, revelando a necessidade de um posicionamento e da defesa de uma pesquisa implicada, que não se isenta e não dissocia a trajetória de pesquisa dos resultados e discussões obtidos ao final do processo. A leitura da realidade das mulheres em movimento em suas subjetividades, que têm suas corporeidades afetadas de diferentes maneiras por violências de gênero, são invisibilizadas devido à sua condição de classe e agravadas quando se trata de mulheres não brancas.

As experiências que se revelam pelas mulheres em situação de rua permitem observar o espaço da rua enquanto dimensão de conflitos e de estratégias, problematizando o mo-

vimento que elas realizam na cidade. Ao analisar o espaço da rua por uma perspectiva corporalizada, foi possível explorar as geografias das trajetórias espaciais dessas mulheres, notadamente marcada pela dimensão do gênero, em um espaço corporificado que é, como característica de uma abordagem corporizada de espaço, produto de suas inter-relações com as estruturas sociais (Silva; Ferreira, 2017)

Por fim, consideramos importante ressaltar que os argumentos e as discussões aqui colocadas não pretendem servir de generalização a toda e qualquer vivência de mulheres, em situação de rua ou não. Conforme discutido ao longo do artigo, essas experiências são múltiplas, e o que representa as interlocutoras desta pesquisa pode não representar mulheres em outros contextos e espacialidades. Contudo, a análise de tais experiências, em suas singularidades, nos comunicam acerca do todo do espaço das ruas, no mínimo, que as condições de corporeidades dos sujeitos implicam em diferentes experiências e possibilidades nesse universo.

Notas

1. Cadastro único é um instrumento do Governo Federal brasileiro, que identifica e caracteriza famílias de baixa renda, para possibilitar o acesso a programas sociais.

2. Para uma discussão acerca das vivências de mulheres trans e travestis no contexto da situação de rua, recomendamos a leitura do artigo intitulado *Por onde circulam os corpos invisíveis? Intersecções entre população em situação de rua e gêneros dissidentes no acesso institucional urbano,* na Revista Brasileira de Estudos da Homocultura (REBEH).

3. Em edição histórica, o Jornal Boca de Rua veiculou, no ano de 2016, edição nº 59, matéria de capa sobre as vivências de mulheres em situação de rua, na qual essas mulheres se autointitularam *donas sem casa*, e falaram abertamente sobre os desafios de viver a cidade sendo mulher em situação de rua. Esse jornal circula há 20 anos na cidade de Porto Alegre/RS, e é vinculado à International Network Street Paper (INSP). Todo o seu conteúdo é produzido por pessoas em situação de rua ou com trajetória de rua, ou seja, que já viveram nas ruas e hoje estão domiciliadas de alguma maneira.

4. Optamos pela reprodução das falas de maneira fiel àquelas em que foram proferidas, pois elas são indicativos da forma de se comunicar das interlocutoras. Por isso, há expressões coloquiais que fogem à norma culta da Língua Portuguesa, e vícios de linguagem, por vezes insistentemente repetidos. Entre colchetes foram inseridos pelas autoras termos que complementam suas falas, a fim de facilitar a compreensão por parte de quem nos lê. As datas mencionadas referem-se ao ano de 2019, quando a pesquisa foi publicada.

5. Acerca dos desafios enfrentados por mulheres em situação de rua, jornalistas do portal de notícias online Sul21 realizaram uma série de matérias, intitulada Mulheres Invisíveis, disponível no link: https://mulhernarua.sul21.com.br/2017/11/15/mulheres-invisiveis-vida-e-morte-de-mae-meque/

Referências

BRASIL. Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua**, Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 10 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. População em situação de rua e violência - uma análise das notificações no Brasil de 2015 a 2017, **Boletim Epidemiológico**, Brasília, v. 50, n. 14, Jun. 2019. Disponível em: https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/junho/13/2019-010-publicacao.p df. Acesso em 18 nov. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: MDS, SAGI; Meta, 2008. (Sumário Executivo). Acesso em: 14 nov. 2020.

BRITTO, Fabiana Dultra. Co-implicações entre corpo e cidade: da sala de aula à plataforma de ações. In: JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra (Org.). **Corpocidade**: debates, ações e articulações. Salvador, BA: EDUFBA, 2010. p. 12-23. Disponível em: http://www.corpocidade.dan. ufba.br/2010/LIVRO_CORPOCIDADE.pdf. Acesso em: 12 mai. 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A rua: espacialidade, cotidiano e poder. In: _____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007. p. 51-60. Disponível em: http://www.gesp.fflch.usp.br/sites/gesp. fflch.usp.br/files/O_lugar_no_do_mundo.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

CAROLINA. **Entrevista com Carolina**. Entrevistadora Talita Fernandes. Pelotas/RS, 23 ago. 2018.

DANDARA. **Entrevista com Dandara**. Entrevistadora Talita Fernandes. Pelotas/RS, 12 nov. 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado (tradução de Paula de Siqueira Lopes). **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161, 2005.

FERNANDES, Talita. **Rua, substantivo feminino**: mulheres em movimento e o direito ao corpo na cidade. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2019. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/1 0183/194586. Acesso em: 10 mai. 2020.

FERREIRA, Marcelus Gonçalves. Corpo/Cidade: uma corpografia do medo. **Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2. 2011. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporane a/article/view/2190. Acesso em: 14 mai. 2020.

FIGUEIREDO, Patrícia. Minoria na situação de rua, mulheres foram vítimas em 51% dos casos de violência contra moradores de rua no Brasil. **Portal de Notícias G1**, São Paulo, 26 dez. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/12/26/minoria-na-populacao-de-rua-m ulheres-foram-vitimas-em-51percent-dos-casos-de-violencia-contra-moradores-de-rua-no-brasil.ghtml. Acesso em: 20 nov. 2020.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n.10, p.58-78, jan/fev/mar/abr 1999.

FRANGELLA, Simone M. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2009.

GOMES, Fernando Bertani. Trajetórias Espaciais de Jovens do Sexo Masculino e os Agenciamentos da Morte na Cidade de Ponta Grossa - PR. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 5, n. 2, ago./dez. 2014. Disponível em: https://revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/6177 /pdf_133. Acesso em 20 nov. 2020.

HISSA, Cássio. Cidade-corpo. **Revista UFMG**. Belo Horizonte, v. 20, n. 1. jan./jun. 2013.

Disponível em: https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20/3-cidade-corpo_cassio_hissa_e_maria_nogueira. pdf. Acesso em: 14 mai. 2020.

JORNAL BOCA DE RUA. Porto Alegre: ALICE, n. 59, 2016.

LEMÕES, Tiago, *et al*. **Acesso à justiça e violências contra pessoas em situação de rua em Pelotas**. Pelotas: Grupo de Antropologia e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (GANDH/UCPel), 2020.

LEMÕES, Tiago. **A família, a rua e os afetos**: uma etnografia da construção de vínculos entre homens e mulheres em situação de rua. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

LEMÕES, Tiago. **De vidas infames à máquina de guerra**: etnografia de uma luta por direitos. 2017. 298 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017. Disponível em: http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/172916/. Acesso em: 12 mai. 2020.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Lisboa: Publicações Europa - América, 1982.

NATALINO, Marco. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020).** Brasília: IPEA, 2020. (Nota Técnica, n. 73).

NUNES, Camila Xavier. **Geografias do corpo**: por uma geografia da diferença. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2014. Disponível em: http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/94741. Acesso em: 12 mai. 2020.

NUNES, Sandra Meyer. O corpo do ator em ação. In: GREINER, Christine; AMORIM, Claudia (Org.). **Leituras do corpo**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2010. P. 105-113.

PALOMBINI, Leonardo Lahm. **Dos subespaços ao território descontínuo paradoxal**: os moradores de rua e suas relações com o espaço urbano em Porto Alegre/RS – Brasil. 2015. 182 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/128895. Acesso em: 12 mai. 2020.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. Iluminuras, Porto Alegre, RS, v. 9, n. 21, s.p. 2008. Disponível em: https://www.seer.ufrgs.br/index.php/iluminu ras/article/view/9301/5371 . Acesso em: 20 nov. 2020.

SARMENTO, Caroline Silveira. **"Por que não podemos ser mães?"**: tecnologias de governo, maternidade e mulheres com trajetória de rua. 171 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2020. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/212984 . Acesso em 20 nov. 2020.

SENNET, Richard. **Carne e Pedra**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SILVA, Joseli Maria (Org.). **Geografias Subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009.

SILVA, Joseli; ORNAT, Márcio. Espaço urbano, poder e gênero: uma análise da vivência travesti. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 9, n. 1. 2010. Disponível em: https://seer.assis.unesp.br/ index.php/psicologia/article/view/429. Acesso em 20 nov. 2020.

SILVA, Maria João; Ferreira, Eduarda. Abordagens corporizadas: género, sexualidades e tecnologias. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; CHIMIN Júnior, Alides Baptista (Org.). **Diálogos Íbero-Latino-Americanos sobre Geografias Feministas e das Sexualidades**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2017.

SOLIVA, Thiago Barcelos. A Rua e o Medo: Algumas Considerações sobre a Violência Sofrida por Jovens Homossexuais em Espaços Públicos. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 2, n. 1, jan./jul. 2011. Disponível em: https://revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/1750/1900. Acesso em 20 nov. 2020.

TERESA. **Entrevista com Teresa**. Entrevistadora Talita Fernandes. Pelotas/RS, 23 ago. 2018.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.